

O PROCESSO MUNDIAL DE ACUMULAÇÃO E AS SUAS CRISES

Rosana Mirales¹

Resumo: O artigo apresenta elementos que configuram a continuidade, a perduração e o aperfeiçoamento históricos da crise estrutural do capitalismo e da produção destrutiva. O objetivo é situar os movimentos da crise em sua configuração contemporânea, situando-os nos mecanismos de reprodução e ampliação do capital, como parte das estratégias operadas pelos Estados e organizações com hegemonia imperialista em manter a dinâmica dos oligopólios. Foi realizada a seleção de textos, visando compreender e expor de forma didática, os fundamentos da crise estrutural do capital. As conclusões indicam a crise de 2008 como expressão concreta dos elementos da crise estrutural mundial e que esses pressupostos geram os referenciais para a análise em desdobramentos históricos, como a crise sanitária do coronavírus.

Palavras-chave: Capital. Crise estrutural. Pandemia. Produção destrutiva.

¹ Assistente Social, mestre em Ciências Sociais, doutora em Serviço Social, professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O artigo é resultante de pesquisa de pós-doutorado realizada entre 2016-18, vinculada ao Grupo de Pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social, agradeço à Unioeste; ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade – UFRJ, agradeço à Prof^a Yolanda Guerra; ao Núcleo de Estudos sobre Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades - Centro de Estudos Sociais, UC/Portugal, agradeço ao Prof. Pedro Hespanha. Agradeço ainda Alcina Martins e Rosa Tomé.

E-mail: mirales_ro@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6624-9787>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2992695016868551>.

THE WORLD ACCUMULATION PROCESS AND ITS CRISIS

Abstract: The article presents elements that configure the historical continuity, duration and improvement of the structural crisis of capitalism and the destructive production. The aim is to situate the movements of the crisis in their contemporary configuration, placing them in the mechanisms of reproduction and expansion of capital, as part of the strategies run by States and organizations with imperialist hegemony in keeping the dynamics of the oligopolies. The selection of texts was carried out, aiming to understand and expose, in a didactic way, the fundamentals of the structural crisis of capital. The conclusions show the 2008 crisis as a concrete expression of the elements of the global structural crisis and that these assumptions generate the benchmarks for the analysis of historical developments, such as the coronavirus health crisis.

Keywords: Capital. Structural crisis. Pandemic. Destructive production.

Introdução

A acumulação do capital pressupõe dois aspectos organicamente interligados: o que se desenvolve nos centros produtores de mais-valia, nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas e no mercado, e outro em que seu palco é cenário mundial, onde reina o sistema² de empréstimos internacionais e que, muitas vezes, faz-se por políticas de influência e guerras – antes, as políticas de colonização e, hoje, as de ocupação por interesses comerciais em grande parte por fontes de energia como o petróleo.

Nesse sentido, Mészáros (2003) apontou, à época em que formulou seu texto, dois fatos do desenvolvimento da ideologia e

² Sobre sistema, Cf. Ianni (1996), em especial o Capítulo IV, p. 59-74.

da estrutura organizacional do imperialismo americano: o primeiro, a Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan), que sob pressão americana, “[...] adotou um novo conceito estratégico, segundo o qual eles podem realizar intervenções militares até fora da área da Otan, sem se preocupar com a soberania de outros países e desconsiderando completamente as Nações Unidas” (SHOJI NÜHARA, 1999 *apud* MÉSZÁROS, 2003, p. 62). O segundo, o Tratado de Mútua Segurança entre Japão e Estados Unidos, rapidamente aprovado pelas câmaras legislativas do Japão, desafiando a Constituição japonesa e o direito internacional, nada tendo a ver com a defesa do país, mas atendendo aos interesses do imperialismo norte-americano (MÉSZÁROS, 2003, p. 63-65).

A violência, inerente a essa dinâmica, é compreendida como parte do processo de coisificação de alguns seres sobre outros humanos e inerente à dinâmica que dá vigor ao modo de produção. Nesse caso, a forma como se organiza o capital em sua contradição principal com o trabalho. As expressões de violência são variadas, indo das relações pessoais às gerais, perpassando as variadas dimensões das relações sociais, aquelas entre humanos e dos humanos sobre as outras espécies vivas. Assim sendo, residem nas formas de sociabilidade as possibilidades de distanciamento ou de aproximação e aperfeiçoamento das expressões de violência.

A sociedade, como totalidade da vida social, sustenta-se ancorada em amparos de forças coercitivas dos contratos vigentes sob a égide do direito³. Diluídas as possibilidades de consensos nas re-

³ Segundo Fiori (2005, p. 68), Tilly (1996) apresenta rica análise sobre a relação entre o surgimento dos Estados Europeus e as estratégias de segurança em que operam os mecanismos coercitivos, ou seja, a guerra.

lações sociais, os Estados lançam mão de agirem, por meio de seus amparos de força e repressão, ou seja, acionam os exércitos. O desenvolvimento do conhecimento e da tecnologia contribui para o aperfeiçoamento das formas de coerção por meio de armas, munindo tais instituições.

De outra parte, o crime organizado e o tráfico – de armas e de drogas – também se aperfeiçoam, mantendo o embate entre as forças estatais e aquelas que se organizam pela sociedade civil, muitas vezes, equivocadamente compreendidas como a luta entre o bem e o mal. Consideradas as particularidades em que se apresentam, as expressões da questão social derivam das formas de ampliação das relações em torno do capital, onde se expressam os conflitos e confrontos e se situam as respostas que os Estados – o legislativo, executivo, judiciário e as forças armadas –, inseridos na mesma dinâmica, enquanto dirigentes e reguladores das relações sociais, dão aos interesses e às formas de pressão que recebem das classes sociais e da sociedade civil.

A intenção neste texto é trazer elementos que configuraram a crise⁴ mundial, tendo como referência que tal crise é continuidade daquela que perdura⁵ e se aperfeiçoa, ganhando traços nítidos, segundo

⁴ Na perspectiva marxiana, a crise é movida pelo processo de acumulação, determinado pela taxa decrescente de lucro que tem fonte essencial na mais valia extraída da força de trabalho vivo. Movida pela reestruturação produtiva que levou ao rearranjo ideo-político do liberalismo – agora em sua forma neoliberal, repercute nas configurações da luta de classes e nas formas de organização do Estado e da sociedade civil (NETTO, 1995). Cf., também, Mészáros (2005).

⁵ “Os processos de internacionalização produtiva e financeira, já em andamento nos anos (19)50 e 60, crescem extraordinariamente no período da crise das economias centrais e irá compor um segmento novo na economia mundial – o segmento transnacionalizado” (MÜLLER, 1987).

Mészáros (2005), de uma crise estrutural do capitalismo. O pressuposto é que as questões aparentes e cotidianas expressas nos jornais configuram, objetivamente, a economia política, uma vez que revelam, ao mesmo tempo, aspectos gerais e específicos da totalidade social.

Portanto, pretende-se gerar referenciais para situar os movimentos amplos da crise desse período histórico e, ao mesmo tempo, das particularidades e refrações locais. Assim, apresenta-se a identificação dos mecanismos de reprodução e ampliação do capital, bem como as estratégias operadas pelos estados que têm hegemonia em manter a dinâmica dos oligopólios e a imperialista. Nesse contexto, a finalidade implícita ao texto é perceber elementos que caracterizam a crise mundial do capital e as possíveis formas de suas repercussões sobre a realidade dos países.

A pesquisa que gerou condições de formular esse artigo seguirá incorporando os elementos aqui apresentados para subsidiar, de um lado, a análise dos “ataques terroristas”, ocorridos entre 11 de setembro de 2001 a 22 de março de 2003, buscando configurar o contexto que confirmou os passos dados pelo Reino Unido, que reatualizaram os pressupostos neoliberais e foram difundidos pelo mundo. De outro lado, a análise da crise atual, em que confirmada a hipótese tomada para os estudos, sobrepõe-se a pandemia, o que poderá ser entendido como movimento da objetivação da produção destrutiva.

Imperialismo e globalização: tendência à produção destrutiva

A crise estrutural do sistema empurra o capital para adoção de estratégias mais agressivas e mais aventureiras, como o milita-

rismo cada vez mais evidente do poder hegemônico global do imperialismo. Observa-se, por um lado, a nova fase, potencialmente fatal, do imperialismo hegemônico global, imposta por um Estado nacional; por outro, a gravíssima crise estrutural interna do sistema. As importantes contribuições para o entendimento do imperialismo e o papel dos trusts internacionais, inclusive os traços fundamentais⁶, foram claramente demonstrados por Lênine (1984, p. 90, 91).

Como processo histórico, essas características se aperfeiçoaram e a atual conjuntura confirma o que previu Marx em “A ideologia Alemã”:

No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações de produção vigentes, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas ‘forças de destruição’ [...] Sob a propriedade privada, estas forças produtivas recebam um desenvolvimento apenas unilateral, tornam-se forças destrutivas para a maioria [...] (MARX; ENGELS, 1982 *apud* MÉSZÁROS, 2005, p. 228).

As perspectivas de tendência de um mercado mundial inerente ao sistema reprodutivo do capital e, ao mesmo tempo, em si, seu entrave a essa tendência, também confirmam a atualidade da teoria social de Marx. O aperfeiçoamento capitalista é de tal maneira imposto, quando há uma tendência destrutiva em escala mundial, ou mesmo quando impõe riscos não a humanidade, mas a si próprio: a dominação cega, a autoexpansão a todo custo. “O resultado é que o

⁶ A concentração da produção e do capital; a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; a importância adquirida na exportação de capitais; a formação de associações internacionais que partilham o mundo entre si; e a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÉNINE, 1984, p. 90-91).

capital não pode sequer perceber o ‘desastre máximo’ implícito no seu modo de ultrapassar limites e derrubar obstáculos” (MÉSZÁROS, 2005, p. 229).

A crescente força destrutiva do capital, como o desperdício de recursos naturais e humanos; o tratamento impiedoso de milhares de seres humanos no mundo, o que se faz de variadas formas; a violação da proteção à natureza, apesar da retórica sobre ecologia; e as aventuras militares de nova fase levam a crescente destruição dos recursos da produção. Recursos esses que, dada a complexidade adquirida pelo desenvolvimento das forças produtivas, selam cada vez mais a unidade entre as dimensões orgânica e inorgânica da natureza, que são mediadas pela dimensão social, ou seja, a que é dinamizada pelo ser humano, por meio do trabalho vivo ou morto (conhecimento e tecnologia).

Esse processo cada vez mais intensificado de destruição da força de trabalho leva ao adoecimento, à ausência de condições adequadas para alimentação e saneamento básico, à falta de habitação, ou à dificuldade dos indivíduos se realizarem por meio do trabalho. Com isso, proteção social é o tom dado às políticas sociais que nunca chegam perto daquelas condições adequadas ao modo de vida disponível, que, supostamente, foi atingido no processo de desenvolvimento.

Na mesma proporção as formas destrutivas dos recursos naturais e de seu uso de maneira sem a sua reposição ou mesmo a adoção de práticas adequadas para o destino do lixo gerado, que teve a produção acentuada devido ao uso da tecnológica, que diminui o tempo de duração dos produtos gerados, sem a possibilidade de consertos ou de reposição de peças. São depósitos enormes de veículos, de produtos de informática, com placas com impossibilidade de decomposição, depositadas,

muitas vezes, sem o devido cuidado de reciclagem; sem contar o lixo tóxico decorrente de tecnologias, que visam aumentar a produtividade na agroindústria, ou aqueles dejetos os quais nem sabemos dimensionar, decorrentes da indústria militar e de geração de energia.

O verdadeiro fracasso histórico dessa sociabilidade é que nos séculos de capitalismo, quase metade da população não reproduz as condições elementares da sua existência, permanecendo submetidos às regras da extração de mais-valia por meio do trabalho, quando esse se realiza. Para a parte do mundo que as vezes ainda é denominada de “Terceiro Mundo”, as velhas tentativas de “modernização” no enfrentamento de problemas gravíssimos: “[...] um fracasso que na realidade é uma parte integrante e subordinada do escandaloso fracasso histórico do capital ‘globalizante’ para se afirmar em toda a parte na forma mais adequada às suas determinações internas.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 237).

A crise, nos dias de hoje, ataca os limites definitivos do sistema: “O maior perigo provém da contradição, insuperável pelo capital, entre o ‘desenvolvimento transnacional no plano material e no plano político-social’, incorporado em ‘Estados nacionais’, com estritas hierarquias de dominação e subordinação entre eles.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 242, aspas do autor). Por isso, o tempo presente se configura como uma fase perigosa da história, e isso mantém o imperialismo hegemônico global.

A crise estrutural

Na crise não-estrutural, apenas uma das dimensões da produção capitalista é atingida, isto é, apenas algumas partes se colocam

em questão e não põem em perigo a sobrevivência da estrutura geral, do conjunto do sistema. Nessa situação, torna-se possível lançar mão do mecanismo de transferência das contradições, pois se configura uma crise parcial, relativa e internamente controlável que requer apenas reordenamentos no interior do próprio sistema. Em contrapartida, “[...] uma *crise estrutural* ataca a totalidade de um conjunto, em todas as suas relações com as partes constitutivas e com outros conjuntos fora dele [...]” (MÉSZÁROS, 2005, p. 241, itálico do autor), pondo em causa a existência do conjunto geral e as exigências da sua superação e da sua substituição por algum conjunto de medidas alternativo.

Nessa perspectiva, a crise estrutural atual apresenta quatro temas principais: o seu caráter universal e não restrito a uma esfera, como a financeira, a comercial, um ramo da produção, um setor particular do trabalho; o seu alcance realmente global e não restrito a alguns países, como a crise de 1929-33; a sua escala temporal alargada e contínua (talvez permanente), diferente das crises anteriores; e, na sua modalidade de desenvolvimento, sub-reptícia, não excluindo, no futuro, veementes e violentas convulsões, uma vez quebrada a complexa máxima hoje empenhada na gestão da crise e na transferência, mais ou menos provisória, das crescentes contradições. Por isso, a crise desconsidera não só os limites imediatos, mas os definitivos da estrutura global.

Há mais de três décadas vivemos uma crise estrutural, o que significa que as dimensões internas da autoexpansão do capital mostram disfunções cada vez maiores, que tendem não só desagregar o processo de crescimento, mas antecipa uma quebra na transferência das contradições acumuladas.

A situação mudou porque o interesse de cada uma das dimensões não coincide entre si. As alterações e disfunções, em vez de serem absorvidas, dispersas, difundidas e dissolvidas, tendem a se transformar em acumulativas e, portanto, estruturais, bloqueando, de maneira perigosa, o complexo mecanismo de transferência das contradições: não são mais disfuncionais, mas potencialmente explosivas. Isso indica que o capital prospera sobre as contradições, até certo ponto, com segurança.

As determinações do verdadeiro caráter circular da reprodução autoexpansiva do capital (círculo mágico) não são ilusórias. A crise de toda sociedade civil se reflete nas instituições políticas, repercutindo tanto na intensificação da agressividade e do autoritarismo no campo dos poderes da nação quanto no agravamento da atitude defensiva dos partidos tradicionais de esquerda.

Contrário ao que indicam alguns autores, Mészáros (2005) analisa a impossibilidade de compreender a atual crise estrutural do capital como um ciclo longo ascendente. Para ele, são ideológicos os argumentos que vêm com entusiasmo a “globalização”, como uma fase “nova” do desenvolvimento capitalista. Segundo o autor, está em curso uma autocontradição com duplo interesse que, por um lado, afirma que a “globalização”, apresenta algo novo e, com isso, tenta dar um novo caráter à crise ou a nega, como forma de dominação característica dos tempos atuais. De outro lado, e ao mesmo tempo, nega a possibilidade de alternativas à crise, em um processo de naturalização, como se fosse impossível pensar a possibilidade de superação pela via que a própria crise aponta: a de esgotamento histórico do capitalismo.

O capital nunca resolveu sequer suas pequenas contradições. Ele as intensifica, passa para outro nível, transfere para outro pla-

no, ou as exporta para outros países, empregando meios militares brutais. Dado o seu imperativo insuperável de autoexpansão a todo custo, o capital não é capaz de se adaptar às exigências de um controle racional que seja capaz de confrontar os perigos de nossa época (MÉSZÁROS, 2005, p. 235). Com isso, a manipulação vazia, com reduções de taxas de juro, ou com bombardeios bárbaros em países com potencial militar inferior: “nunca reconhecendo as suas causas profundas, continua a ser o princípio fundamental de uma ordem de controle das mudanças sociais que ameaça a humanidade com o aniquilamento”. (MÉSZÁROS, 2005, p. 236).

As características fundamentais da crise

As crises anteriores do sistema em vigência, de curta duração ou com características não-estruturais, contornaram-se, garantindo a continuidade da ampliação do capital. Contudo, a crise contemporânea apresenta a incapacidade de lançar mão desses mecanismos de transferência das crises, observado nas anteriores, devido a sua característica constitutiva de ser estrutural. Isso se faz devido à produção destrutiva que atingiu a maturidade do capital. Ocorre que o capital e sua força vital de enfrentar e superar as crises forja meios que tornam invisível a sua falência e, no lugar da globalização, cria na figura dos Estados Unidos um Estado forjado e as agências mundiais, que exercem o papel de controle circunstancial dessas crises.

As três dimensões da produção capitalista formam uma unidade contraditória: a produção, o consumo e a circulação/realização. Ao expandirem-se, garantem a motivação interna necessária para a

respectiva reprodução dinâmica a uma escala cada vez mais ampliada⁷. Portanto, reforçam-se e expandem-se reciprocamente, quando os limites imediatos de cada uma são superados com êxito, graças à interação dessas dimensões, demonstrando-se como simples obstáculos a serem superados.

Assim, as contradições imediatas do conjunto da produção são transferidas ou mesmo utilizadas como alavancas para o crescimento das aparências do ilimitado poder autopropulsivo do capital. Por exemplo, obstáculos na produção são superados, durante algum tempo, por meio do consumo e vice-versa. Quando isso ocorre, não se configura uma crise estrutural, pois ocorre o mecanismo vital de autoexpansão e, ao mesmo tempo, de superação ou de transferência das contradições.

Limites imediatos presentes na crise não-estrutural podem ser alargados de três maneiras: modificando-se algumas partes do conjunto; modificando-se todo o sistema a que pertencem; ou alterando-se, de modo significativo, a relação do conjunto geral com outros conjuntos fora dele. Dessa forma,

[...] contradições e ‘disfunções’ parciais, ainda que graves, podem ser transferidas e difundidas dentro dos limites definitivos ou estruturais do sistema. Por outro lado, e pelas mesmas razões, forças ou tendências contrárias podem ser neutralizadas, assimiladas, anuladas, ou até convertidas em forças que sustentem activamente o sistema em questão (MÉSZÁROS, 2005, p. 421).

O autor analisa ainda, disso derivou o problema da adaptação reformista que repercutiu em danos ao movimento socialista, o que,

⁷ Cf. Marx (1984, p. 163-186) sobre o processo de produção capitalista em escala ampliada.

segundo ele, acabou por reforçar as posições do capital, em vez de as debilitar, como era a sua intenção.

Conclusão: a crise de 2008 como expressão do movimento mundial do capital

Com o objetivo de situar os movimentos da crise em sua configuração atual, apresentam-se alguns elementos sobre a crise configurada em 2008, como demonstração da objetivação das manifestações da crise estrutural do capital.

Evidenciada pela crise norte-americana no colapso imobiliário e acionário e os seus efeitos, que foi demarcada por um mercado financeiro desregulamentado, a crise do sistema econômico-financeiro internacional de 2008, resguardadas as particularidades, foi considerada, por diferentes autores, tendo as mesmas proporções da crise de 1929, embora com características diferentes, tendo em vista a crise atual se configurar como estrutural. O neoliberalismo foi colocado à prova, uma vez que eram seus pressupostos que estavam em vigência nas diversas partes do mundo, iniciados na Inglaterra, em 1979, e nos EUA, em 1980⁸.

Segundo Mattos (2009, p. 53), no afã da voga da globalização, houve a tendência em difundir-se, regida pelos pressupostos ne-

⁸ Segundo Fiori (2005, p. 69): “[...] duas das grandes potências lograram impor seu poder e expandir as fronteiras de suas economias nacionais até quase o limite da constituição de um império mundial: a Inglaterra e os Estados Unidos. Esse processo deu um passo enorme depois da generalização do padrão-ouro e da desregulamentação financeira promovida pela Inglaterra na década de 1870. E deu outro passo gigantesco depois da generalização do padrão “dólar flexível” e da desregulamentação financeira promovida pelos Estados Unidos a partir da década de 1970”. Para a análise marxista da crise, Cf. Moraes (2009).

oliberais, a falsa ideia de que os Estados nacionais estariam esvaziados na importância e função. No mesmo processo, o autor também considera ter se difundido que o mercado de trabalho americano é um exemplo a ser seguido pelos demais países e que as novas tecnologias seriam capazes de gerar um aumento de produtividade que viabilizaria um crescimento econômico “sem emprego”.

Os argumentos de Mattos (2009) retomam Marx – em *O Capital*, vol. 1, cap. 24 –, lembrando o papel decisivo que os Estados nacionais exerceram na transição do feudalismo para o capitalismo e, posteriormente, na permanência dessa importância no desenvolvimento inicial e posterior à industrialização⁹

[...] na definição de regras de acumulação capitalista, nos arranjos políticos que permitiram a formulação de uma institucionalidade para o setor agrícola, para o setor bancário, o industrial, etc..., e, enfim, para uma formulação da política econômica em geral, com destaque para as políticas creditícia, industrial, tecnológica e comercial (MATTOS, 2009, p. 54).

Essa tendência permanece no século XX para o desenvolvimento da industrialização em países como a Coreia, Brasil, México, a China e seus parceiros. Com os conflitos mundiais vividos no século, houve certo afastamento da perspectiva liberal por parte dos países, quando ascenderam os pressupostos do keynesianismo na direção da política econômica e as políticas desenvolvimentistas nacionais passaram ser adotadas na maior parte daqueles países capitalistas.

⁹ “[...] já existia um “sistema político” e uma rede de Estados europeus que vinham se consolidando desde o século XIV mediante uma sucessão quase infinita de conflitos [...]” (FIORI, 2005, p. 69).

Com a desaceleração econômica ou a crise de acumulação capitalista de meados dos anos de 1970, houve uma ruptura da ordem internacional que havia sido erigida em Bretton Woods¹⁰, quando a ideologia neoliberal saiu dos meios acadêmicos, impondo-se hegemonicamente como se fosse um receituário a ser seguido pelos estados nacionais nas políticas internas e externas, demarcando um cenário financeiro desregulamentado (MATTOS, 2009, p. 55), e seguindo a perspectiva de que os mercados se autoajustariam e tenderiam ao equilíbrio, quando a moeda passou a ser um instrumento de trocas não sujeita ao entesouramento por parte dos agentes.

Com base nesses pressupostos e a visão de que os agentes racionais regulariam o mercado, anulando o papel dos Estados nacionais, a liberalização dos mercados financeiros também foi conduzida pelos Estados nacionais, nos anos 1970 na Grã-Bretanha, seguido nos demais países, nos anos 1980. A “prosperidade” alcançada pelos EUA no fim dos anos 1990 teve seu abalo a partir de meados de 2007, acentuando-se no final de 2008, confirmando que o papel do estado-nação não se exauriu, uma vez que “[...] variam as formas e a intensidade com que os Estados intervêm na atividade econômica, mas dificilmente há períodos em que esta intervenção seja zero [...]” (MATTOS, 2009, p. 70).

¹⁰ Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, ocorrida nos Estados Unidos em 1944, com o objetivo de reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional. Além das estratégias, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. “Esse sistema liberal, que primava pelo mercado e pelo livre fluxo de comércio e capitais, foi a base para o maior ciclo de crescimento da história do capitalismo. Com sua moeda regendo o mundo e supremacia nos setores industrial, tecnológico e militar, um país foi o grande vencedor: os Estados Unidos.”. (IPEA, 2009).

O que o século XX demonstrou foi que os ciclos expansivos do capital repõem, agora mediante a globalização, uma re-hierarquização dos Estados nacionais. Mesmo com a crise sendo mais expressiva nos EUA, foi de lá que se esperou resposta para a sua superação, reafirmando o papel de liderança no cenário internacional.

Portanto, a globalização cumpre um papel econômico e político, uma vez que as esferas do poder mundial tiveram papel fundamental na formulação, para os investimentos, os movimentos de capitais financeiros, as normas de propriedade intelectual, e na definição de normas para ao comércio mundial de bens e serviços, comprovando a simbiose entre Estados e mercado

[...] na qual os Estados Nacionais, notadamente os dos países mais fortes e desenvolvidos, atuam no sentido de gerar mercados e criar espaços de valorização do capital financeiro e do capital produtivo em todas as regiões do planeta, gerando negócios para suas grandes empresas de capital nacional e atuação transnacional (MATTOS, 2009, p. 57).

Outro aspecto analisado por Mattos (2009) sobre a crise de 2007/2008 foi que o desemprego aumentou nos EUA, confirmando que o mercado de trabalho naquele país, apesar de mais adequado à flexibilização, com medidas que criam facilidades para os ajustamentos dos preços (salário) e quantidades (emprego) às flutuações do ciclo macroeconômico.

O autor (2009) desenvolve argumentos demonstrando que é questionável o pressuposto neoliberal de que as legislações de preservação às condições de trabalho são empecilho ao desenvolvimento, uma vez que, ao analisar a produtividade no setor privado de países capitalistas ao longo de um período histórico, pode ve-

rificar que esse aumento foi assegurado nos períodos do auge das políticas keynesianas¹¹.

Desse modo, as análises realizadas por Matos (2009) são concluídas ao tratar da desregulamentação dos fluxos de capitais ocorrida a partir dos anos de 1970, em que os mercados financeiros passaram a “chantagear” os formuladores de políticas econômicas e, para evitar as fugas de capitais, ofereceram, aos detentores de riqueza financeira, juros cada vez mais altos.

As autoridades econômicas, para agradar aos mercados e dar-lhes credibilidade, julgam os direitos sociais como os culpados pela desaceleração ocorrida a partir do mesmo período, ou seja, era necessário retirar os “entraves” à circulação e aplicação do capital em todos os setores das atividades econômicas. Isso justificou a adoção de políticas de flexibilização dos mercados de trabalho, como parte do mesmo receituário que prescreveu os processos de liberalização dos mercados de finanças e de produtos: o “triunfo do discurso financeiro em detrimento do social” (MATTOS, 2009, p. 66). Com isso, o autor conclui demonstrando a crise de 2008 como objetivação de elementos da crise estrutural do capital.

Portanto, a análise sobre a crise sanitária objetivada pela pandemia do coronavírus, a partir de 2019, no pressuposto aqui adotado, exige contextualizá-la no mesmo movimento da crise estrutural do capital e da produção destrutiva. É, pois, uma mediação que acentua os processos de ampliação das relações sociais do capital, em busca

¹¹ O keynesianismo é uma teoria econômica do começo do século XX, baseada nas ideias do economista inglês John Maynard Keynes, que defendia na manutenção do capitalismo e a ação do Estado na economia, com o objetivo atingir o pleno emprego. Cf. Behring e Boschetti (2007, p. 82-111).

de impor a sua permanência histórica, negando, dessa forma, os acúmulos históricos conquistados pela humanidade.

Referências

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

FIORI, J. L. Sobre o poder global. **Novos Estudos**, 73, nov. 2005, p. 61-72.

IANNI, O. A interdependência das nações. *In*: _____. **Teorias da globalização**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 59-74.

IPEA. Desafios do desenvolvimento. História - **Bretton Woods**. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 06 abr. 2016.

LÉNINE, V. I. O imperialismo: fase particular do capitalismo. *In*: _____. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Lisboa-Moscovo: Edições Avante! 1984, p. 89-100.

MARX, K. Capítulo XXII. Transformação de Mais-Valia em Capital. *In*: _____. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. v. I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p. 163-186.

MATTOS, F. A. M. A crise financeira internacional de 2008/2009 e a derrocada dos mitos do neoliberalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 25, p. 52-73, dez. 2009.

MÉSZARÓS, I. Marx: nosso contemporâneo e seu conceito de globalização. In: _____. **Civilização ou Barbárie**. Os desafios do mundo contemporâneo. Encontro Internacional, Serpa, Portugal, 23/23 setembro 2005, p. 227-243. (Comunicações v. I).

_____. **O século XXI: Socialismo ou Barbárie?** Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

MORAES, J. Q. Para a análise marxista da crise. **Crítica marxista**, n. 28, 2009, p. 11-14.

MÜLLER, G. **Introdução à economia mundial contemporânea**. São Paulo: Ática e Educ, 1987.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção questões da nossa época, v. 20).